

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E OS REFLEXOS DA NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO NO BRASIL

Alex Sandro dos Santos Celso¹
Gedeão de Oliveira Raimundo²
Kátia Eliane Santos Avelar³
Maria Geralda de Miranda⁴

RESUMO

O presente artigo aborda a relação que Amartya Sen estabeleceu para uma melhor compreensão sobre alguns conceitos que impactam a “liberdade de desenvolvimento”, como, pobreza, miséria, bem-estar e fome. A teoria do desenvolvimento para ser reconstruída, precisa que a diversidade das configurações nacionais e ensinamentos da história econômica sejam levados em consideração além das formas intermediárias de coordenação, estas que desempenham papel importante na evolução econômica além da esfera de ação se situa entre o mercado Estado. Estas formas intermediárias de coordenação representam todas as instituições locais os organismos e têm uma finalidade de regulação social e produtiva dentro de um território: representações da sociedade civil, tecido empresarial e poder público.

Palavras-chaves: Desenvolvimento. Liberdade. Sustentabilidade. Economia. Trabalho.

ABSTRACT

This article discusses the relationship that Amartya Sen established for a better understanding of some concepts that impact “development freedom”, such as poverty, misery, well-being and hunger. To be reconstructed, development theory needs that the diversity of national configurations and teachings of economic history be taken into account beyond the intermediary forms of coordination, which play an important role in economic evolution beyond the sphere of action, situated between the State market . These intermediary forms of coordination represent all local institutions and bodies and have the purpose of social and productive regulation within a territory: representations of civil society, business fabric and public power.

Keywords: Development. Freedom. Sustainability. Economy. Work.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Local (PPGDL) do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM).

E-mail: alexsdsc@gmail.com

² Mestrando em Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Local (PPGDL) do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: oficialgd@gmail.com

³ Doutora em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Pesquisadora em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq. Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM.

E-mail: katia.avelar@gmail.com

⁴ Pós doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local do Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ.

E-mail: mgeraldamiranda@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No livro *Desenvolvimento como Liberdade*, o termo desenvolvimento tem um papel contraposto ao entendimento que o associa somente a fatores “famosos”, dos quais pode-se citar as rendas pessoais, PIB, avanço tecnológico e industrialização. Esses fatores também contribuíram para a expansão das liberdades, mas não sozinhos. É abordado de maneira processual, sobre a concepção de liberdade com uma atenção especial para a situação real de liberdade do indivíduo.

Na liberdade do indivíduo está a negação substancial de liberdade econômica que impede as pessoas de “matarem” a fome pois existem privações como, ausência de assistência social, serviços públicos, participação social e negação de liberdade política. A prioridade final é o alargamento das liberdades que também é principal meio do desenvolvimento simultaneamente. É na remoção das restrições que o desenvolvimento consiste, essas que limitam os acessos de seres humanos e os deixam com pouquíssimas oportunidades e escolhas e não conseguem exercer a ação racional (SILVA, 2014).

Com o levantamento do Relatório de Desenvolvimento Humano divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014), estima-se que 1,5 bilhão de pessoas em 91 países em desenvolvimento estão vivendo na pobreza, com privações em saúde, educação e direitos fundamentais. A situação de vulnerabilidade que ameaça o desenvolvimento humano e sustentável no planeta vem apontando para os governantes, uma urgência na implantação de políticas inclusivas internacionais em prol da melhoria das condições de vida de populações ou grupos marginalizados (PNUD, 2014).

Nessa perspectiva, na última década o Brasil apresentou um desenvolvimento expressivo em vários campos, principalmente em medidas de redução da pobreza e retomada do crescimento econômico (BARBOSA et al., 2016). Porém o Brasil ainda é um caso emblemático. Mesmo com forte crescimento econômico, persiste a concentração de renda como consequência de problemas estruturais que só podem ser resolvidos com base numa intervenção do Estado.

Expansão e progresso denotam o significado de desenvolvimento. Podemos presumir que o desenvolvimento se relaciona com o crescimento como a renda pessoal, PIB e tecnologia avançada, falando em termos econômicos.

Assim o que indica que economia de um país está realmente expandindo, são indicadores como renda pessoal, PIB e tecnologia avançada e esses são meios importantes que trazem uma melhoria nos fluxos econômicos e aumento do potencial de riqueza. Uma pergunta surge, riqueza e expansão são realmente instrumentos de desenvolvimento? Amartya afirma que não, pois eles são apenas meios que auxiliam na chamada expansão das liberdades (PANSIERI, 2016).

2 AS CAPACIDADES DO INDIVÍDUO

O pensamento de Sen é baseado na estrutura que a liberdade que orienta melhor a organização das relações sociais e humanas. As liberdades de uma pessoa definem a sua capacidade, ou seja, são excelentes dimensões para inserir o indivíduo na estrutura da realização individual e ordenamento coletivo. O livro mostra a avaliação do funcionamento da sua organização, condições de bem-estar social e individual e necessidade de uma relação equilibrada da sociedade.

Qual a razão para se pensar sobre a capacidade de um indivíduo? Isto se justifica pela sua estreita relação de proximidade com o tema da liberdade; a discussão não está apenas em tratar do que “uma pessoa realmente acaba fazendo, mas também o que ela é de fato capaz de fazer, quer escolha aproveitar essa oportunidade, quer não” (SEN, 2011, p. 268).

O que as pessoas podem efetivamente realizar é influenciado pelas oportunidades econômicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidade como a boa saúde, a educação básica, e o incentivo e estímulo às suas iniciativas (SILVA, 2014).

O conceito de capacidade, de acordo com o dicionário Houaiss (2019, p. 391) da língua portuguesa, significa: “1. Potencial para conter, acomodar ou guardar algo; volume; 2. Poder de produção, de execução; rendimento máximo; 3. Qualidade ou condição de capaz; habilidade física ou mental de um indivíduo, aptidão, perícia”.

3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Com o crescimento exponencial no PIB *per capita*, o Brasil chegou a ocupar, em 2011, a posição de sexta economia mundial, ficando à frente de Reino Unido e Itália. Essa posição não se repetiu nos próximos anos, porém apesar do país perder posições no ranking mundial, ainda assim as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) eram de que o Brasil continuaria em crescimento, mantendo-se entre as oito principais economias, de acordo com os

dados do relatório *World Economic Outlook Update*, divulgado no primeiro semestre de 2015 (FMI, 2015).

É muito oportuno falar acerca de liberdade pois esta verificou o caminho ao longo do tempo. Podemos citar a polis grega que, a partir do estoicismo, foi realocada no interior humano e fez com que esse *status* se mantivesse, devido a cristandade na idade média, e ainda retornou à tona na modernidade.

A partir de 1800 a liberdade ganha duas visões, ao olhar dos observadores, opostas e distintas, versões essas conhecidas como social e liberal. Porém, Amartya recolhe os conceitos mais úteis, na sua visão, para tentar melhorar a sociedade, principalmente no quesito que se refere aos acertos e erros e acertos desse legado. Amartya transcende para análises que permeiam o campo da sociedade e política, a partir da área econômica e tem o plano de clarear o processo integral de desenvolvimento (PANSIERI, 2016).

O rendimento e a liberdade de viver bem e por muito tempo divergem. Os cidadãos do Gabão, da África do Sul ou do Brasil podem ser, em termos de PIB *per capita*, muito mais ricos do que os cidadãos do Sri Lanka, da China, ou do estado indiano de Kerala. Mas os últimos têm uma esperança de vida substancialmente superior (SILVA, 2014).

No Brasil essa ampliação da visão de desenvolvimento tem relação com a ampliação da visão da teoria do desenvolvimento, a nível global. Esse conceito sofreu uma ampliação da do seu conteúdo pelo menos nos últimos cinquenta anos.

Esse termo, desenvolvimento, deixou de ser somente processos e fenômenos econômicos, como o aumento da produtividade e produto real *per capita*. Desde a década 1970, o conceito de desenvolvimento incorporou diversas noções como a justificativa do aparecimento de novos entendimentos sobre desenvolvimento, como, humano e sustentável. Isso contribuiu para aumentar a quantidade de conteúdo normativo do conceito de desenvolvimento e para diminuir o grau de precisão, conseqüentemente. Porém, isso não induz que esse conceito, como instrumento de análise humana e social, seja inútil.

A CRFB de 1988 escolheu um formato de desenvolvimento, que, ao mesmo tempo em que não se limita à mera opulência econômica, pretende garantir a todos os indivíduos uma existência digna e diminuir a desigualdade regional e social e eliminar a pobreza. O modelo jurídico de desenvolvimento da CRFB de 1988 pode ser identificado como um modelo de

ampliação de liberdades substanciais, pois considera o desenvolvimento, um direito fundamental assegurado por prestações positivas devidas pelo Estado (HECKTHEUER; SOUZA; HECKTHEUER, 2018).

4 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento econômico inclui a dimensão da segurança econômica, que está ligada aos direitos democráticos e às liberdades. O funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode ajudar a prevenir fomes e outras calamidades econômicas. Na história do mundo, nunca houve uma epidemia de fome numa democracia efetiva, rica ou pobre (SILVA, 2014).

O desenvolvimento local “[...] é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (BUARQUE, 1999, p. 10).

Dados divulgados pelo Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA), mostram que o Brasil atingiu em 2011 o menor nível de desigualdade social já verificado, com o crescimento do salário dos mais pobres em 91,2% entre 2001 e 2011. A medida englobou cerca de 23,4 milhões de pessoas que saíram da situação de pobreza (IPEA, 2012).

O PAC Nacional - Programa de Aceleração do Crescimento, criado em 2007 pelo governo federal, contribuiu de forma significativa para a melhoria socioeconômica e ambiental da população urbana, pois promoveu grandes obras de infraestrutura em todo o país, com investimentos em pavimentação e construção de casas populares, rede de saneamento básico, escolas, hospitais e Clínicas da Família, enfim, investimentos que contribuiriam para que o país obtivesse uma progressão nos índices de referência mundiais, embora também tenha gerado no meio ambiente, um enorme impacto (BARBOSA et al., 2016).

A importância nuclear da liberdade individual no conceito de desenvolvimento relaciona-se com duas razões: a avaliação e a eficácia. Em uma sociedade, o seu sucesso deve ser avaliado pelas liberdades concretas de que gozam os seus membros. Esta perspectiva difere das que se centram na utilidade, na liberdade de procedimentos, ou no rendimento real (SILVA, 2014).

Assim, logo nos seus primeiros quatro anos, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010), gerando um volume recorde de empregos – 8,2 milhões de postos de trabalho criados no período (BRASIL, 2011).

Destaca-se, entre os setores contemplados com os investimentos, a educação e a saúde diminuindo o atraso a que o país se encontrava (BARBOSA et al., 2016).

Desde os anos 90 no nosso país, com liderança do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, temos programas de desenvolvimento local que apoiam as Pequenas e micros Empresas e tem ativa participação de outros organismos de fomento regional federais e estaduais. Um exemplo desse apoio, vem do SEBRAE.

No entanto, com a recente instabilidade no cenário global e, principalmente local, com o agravamento da crise político-econômica no governo e as denúncias de corrupção, o país se encontra em severa recessão levando o Banco Mundial a rever drasticamente as estimativas anteriormente apontadas para 2015 e anos posteriores. Em atualização, no relatório editado em janeiro deste ano, o FMI registra que o PIB brasileiro em 2016 deve ter retração de -3,5% e somente em 2017 o país começou a reagir (FMI, 2015).

5 CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

É possível conciliar sustentabilidade com crescimento econômico? Quais impactos as escolhas das empresas e da sociedade têm no planeta?

Ao analisar o cenário de desenvolvimento sustentável no mundo, percebe-se que o quadro é desafiador para governos e sociedade de maneira geral.

O polonês Ignacy Sachs é um dos principais estudiosos, em nível mundial, do desenvolvimento sustentável. Para ele, no processo de desenvolvimento, é provável que haverá destruição do ambiente natural a sobrevivência das civilizações depende da natureza. Sachs diz que a “conservação e aproveitamento racional da natureza podem e devem andar juntos”. Ele cita a necessidade de se rever e modernizar as técnicas utilizadas na aquisição da biomassa, sendo esta imprescindível às civilizações passadas e atuais (SACHS, 2001).

Atualmente, há forte demanda por recursos naturais, porém esse caminho não se sustenta, pois, o consumo está cada vez maior e de modo desigual.

Segundo Kahn (2019), a falta de recursos, a perda de biodiversidade e o aquecimento global estão alterando o equilíbrio da Terra e de sua atmosfera, o que requer medidas de mitigação ou adaptação. A solução para superar a escassez dos recursos passa pelo avanço tecnológico.

Para Sachs (2001), todas as atividades econômicas são dependentes do ambiente natural e o uso produtivo deste ambiente não deve ser destrutivo. Por isso, busca-se, em contraposição às antigas práticas, a otimização da biomassa a partir das ciências de ponta, com a escolha de estratégias adequadas que favoreçam o contínuo desenvolvimento das sociedades a partir do uso racional dos recursos disponíveis. Segundo ele, nas ciências de ponta, deve ser dada ênfase especial ao paradigma do “B ao cubo”: bio-bio-bio.

O primeiro B representa biodiversidade, o segundo biomassa e o terceiro biotécnicas. O estudo da biodiversidade para Sachs não se limita a um inventário das espécies e genes, pois o conceito de biodiversidade envolve também os ecossistemas e paisagens, além de estar entrelaçado à diversidade cultural.

Já em relação à biomassa, Sachs utilizou o diagrama dos “5F” para descrevê-la, na qual os “Fs” representam alimento (*food*), suprimentos (*feed*), combustível (*fuel*), fertilizantes (*fertilizers*) e ração animal industrializada (*feedstock*).

A escolha da combinação certa dos “5F” é otimizada pelo uso da biomassa, em sistemas integrados de alimento-energia adaptados às diferentes condições agroclimáticas e socioeconômicas.

Por fim, para Sachs (2001) as biotecnologias terão papel primordial no esforço para alcançar os extremos da cadeia de produção, proporcionando por um lado, um aumento significativo na produtividade desta biomassa e, por outro lado, permitindo uma expansão da faixa de produtos, derivados dela.

Para o autor é primordial a disponibilização de biotecnologia moderna aos pequenos fazendeiros com uma série de políticas complementares, como acesso à terra, ao conhecimento, ao crédito e ao mercado, bem como uma melhor educação rural.

Ainda neste sentido, Nakabashi (2020) diz que desenvolvimento econômico e preservação ambiental precisam estar interligados. Segundo ele, desenvolvimento econômico significa um país, que cresce e ao mesmo tempo beneficia as camadas da sociedade, desde os menos favorecidos até aqueles que estão bem economicamente.

O crescimento econômico sustentável traz melhorias na distribuição de renda, beneficia toda a sociedade neste processo. Porém este processo vai além, pois não é limitado e diz respeito às gerações atuais e futuras.

Nakabashi (2020) diz que crescimento econômico deve garantir a melhoria do acesso a saúde, padrão de vida, transporte e educação e das gerações atuais e futuras, para que essas consigam ter uma vida de qualidade. Para ele os recursos naturais não devem ser utilizados indiscriminadamente.

6 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desenvolvimento e Crescimento e econômico são termos bastante utilizados no dia a dia, sendo muitas vezes utilizados para classificar o mesmo evento econômico. Todavia, crescimento é diferente de desenvolvimento.

Segundo Silva, Nelson e Silva (2017), desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, progresso, industrialização e uso intensivo de tecnologia foi, durante muito tempo, concebida como o único caminho para a garantia da qualidade de vida e de um desejável e ilimitado aperfeiçoamento da humanidade.

Enquanto o crescimento econômico significa que durante um ou vários períodos, ocorreu um aumento sustentado de uma unidade econômica, o desenvolvimento econômico vai além, impactando diretamente a qualidade de vida das pessoas e a sociedade em geral.

O crescimento econômico acontece quando ocorre um aumento da produção e consumo de bens e serviços. Esse aumento pode ser medido através de índices como o Produto Interno Bruto (PIB) ou Produto Nacional Bruto (PNB).

Para que seja possível alcançar o crescimento econômico, a economia deve apresentar um resultado integrado, consistindo em um aumento desde os setores primários, passando pelos secundários até os terciários.

6.1 Diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico

Apesar de muitas vezes serem citados juntos numa mesma frase, desenvolvimento e crescimento e econômico são diferentes.

Segundo Bresser (2008), o desenvolvimento econômico local é o resultado de um processo de incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento dos salários, do padrão médio de vida da população e da produtividade e acumulação de capital. O

aumento da renda por indivíduo é medida geral de desenvolvimento econômico pois, mede o aumento geral da produtividade.

Os níveis comparativos de desenvolvimento econômico são medidos pela renda em termos de PPP (*purchasing power parity*), isso porque a renda ou produto do país corrigido dessa maneira, melhor avalia a capacidade média de consumo da população. Nos países produtores de petróleo, por exemplo, vemos casos, que a renda per capita não reflete no nível de desenvolvimento econômico e produtividade do país. Assim vemos que o índice de desenvolvimento humano, é uma alternativa.

Ainda segundo Bresser 2008, para muitos economistas, é ideológica, a identificação do crescimento econômico com desenvolvimento e isso oculta o fato de que o crescimento não implica em uma distribuição melhor de renda, porém o desenvolvimento, sim. Sen (1989 [1993], 1999), é mais radical pois trabalhar o conceito de desenvolvimento econômico no aumento da liberdade e no alargamento das capacidades.

7 DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E SEUS REFLEXOS PARA O BRASIL

A Divisão internacional de Trabalho (DIT) consiste na repartição das atividades e serviços entre diversos países. Trata-se de uma divisão internacional, onde países em desenvolvimento e emergentes, esses com mão de obra barata, industrialização tardia e exportadores de matéria-prima, oferecem aos países desenvolvidos e industrializados, economicamente mais fortes, uma gama de incentivos e benefícios que visam a instalação de indústrias, como menor custo de mão de obra, leis ambientais frágeis e isenção de tributos, entre outros incentivos.

Segundo Pochmann (2010), a DIT expressa fases diferentes do capitalismo, que teve no início uma relação dicotômica entre produtos primários e manufatura e evoluiu para uma relação entre produtos industriais de menor e maior valor agregado além do baixo coeficiente tecnológico e, ainda depois, uma relação entre manufatura e serviços de produção. Relações, essas que sustentaram divisões distintas de trabalho e podem ocorrer entre nações da semiperiferia, periferia e centro.

7.1 Primeira DIT

Aconteceu em período que tinha como característica a produção manual, realizada a partir da extração de matérias-primas e acúmulo de preciosos metais e minérios parte de nações pertencentes ao chamado metalismo.

Segundo Pena (2021), entre os anos de 1500 e 1700, fase primitiva do capitalismo, também chamada de capitalismo comercial, foi um período de expansão da civilização europeia e navegações gigantes.

7.2 Segunda DIT

Os países subdesenvolvidos e colônias começaram a fornecer especiarias, minerais e produtos agrícolas com a Primeira e a Segunda Revolução da indústria. O Brasil nessa época se viu marcado pela exploração de ouro e monocultura da cana-de-açúcar.

Segundo Pena (2021), a DIT passou por várias alterações consideráveis entre os anos 1600 e 1800.

7.3 Terceira DIT ou “Nova DIT”

Por fim, Pena (2021) afirma que a partir dos anos 1900, a consolidação do chamado Capitalismo Financeiro e a Revolução Técnico-Científica-Informacional trouxeram a expansão mundial das grandes multinacionais. Esse fato ocasionou a mudança da DIT.

Nesse período, alguns países subdesenvolvidos estavam em processo de industrialização. Contudo, diferentemente dos países desenvolvidos, de onde se originou o processo de industrialização, nos países periféricos, esse processo aconteceu a partir da instalação de multinacionais vindas dos países desenvolvidos e abertura do mercado financeiro.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desenvolvimento passa a ser um articulador a junto as três instancias, sociedade civil, tecido empresarial e poder público e coordena e intermedeia as formas que foram dominantes enquanto duraram as versões da teoria do crescimento.

Por fim, observa-se que no Brasil a desigualdade social se mantém elevada. Mesmo com o avanço observado nos últimos anos, é necessária a adoção de políticas públicas cuja finalidade principal seja a redução da discrepância social presente na população brasileira. O desenvolvimento local deve ir ao encontro do desenvolvimento econômico e sustentável.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Márcia Schumack Militao; LIMA, Keila dos Santos Cople; FRIEDE, Roy Reis; MIRANDA, Maria Geralda de. A Relação entre pobreza e degradação ambiental no Brasil sob a ótica dos indicadores PIB/IDH, 2016. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/299475818_A_RELACAO_ENTRE_POBREZA_E_DEGRADACAO_AMBIENTAL_NO_BRASIL_SOB_A_OTICA_DOS_INDICADORES_PIB_IDH>. Acesso em: 06 out. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e Desenvolvimento Econômico, 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2021.

BUARQUE, Sergio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

HOUAISS, Antônio. Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Moderna, 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda, n. 155, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

FMI. Fundo Monetário Internacional. Maiores economias do mundo, 2015. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-pesquisa/tabelas/top15pib.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2021.

HECKTUEUER, Pedro Abib; SOUZA, Cássio Bruno Castro; HECKTHEUER, Fábio Rychecki. Desenvolvimento como Liberdade em uma Comunidade Ribeirinha da Amazônia: uma análise dos efeitos do Programa Bolsa Família em São Carlos, Porto Velho, Rondônia, 2018. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2018v39n78p119>>. Acesso em: 6 out. 2021.

KAHN, Suzana. Caminhos para o desenvolvimento sustentável, 2019. Disponível em: <<https://casafirjan.com.br/lab-de-tendencias/aquario/caminhos-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 30 set. 2021.

NAKABASHI, Luciano. Desenvolvimento econômico deve estar atrelado à preservação ambiental, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/desenvolvimento-economico-deve-estar-atrelado-a-preservacao-ambiental/>>. Acesso em: 04 out. 2021.

PANSIERI, Flávio. Liberdade como desenvolvimento em Amartya Sen, 2016. Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/revista16/liberdadeFlavio.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2021.

PENA, Rodolfo F. Alves. Divisão Internacional do Trabalho: DIT; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/divisao-internacional-trabalho-dit.htm>>. Acesso em: 07 out. 2021.

POCHMANN, Márcio. Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho. 2010. Disponível em: <<http://decon.edu.uy/network/panama/pochmann.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2021.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do desenvolvimento humano, 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3910>>. Acesso em: 06 out. 2021.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Geramond, 2002.

SEN, Amartya. A Ideia de Justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Dalvanir Avelino; NELSON, Aline Virginia Medeiros; SILVA, Maria Aparecida Ramos. Do Desenvolvimento Como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento Como Liberdade, 2017. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 01 out. 2021.

SILVA, João Oliveira Correia da; SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade, 2016. Disponível em: <https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.